

Lourenço, Eduardo: O novo espaço lusófono ou os imaginários lusófonos

O ensaio aprofunda a problemática da lusofonia, refletindo sobre o conceito de pátria-língua.

Creio que não terá escapado a ninguém que fale português, ou se reclame de uma mítica «lusofonia», o uso e o abuso que, a partir de um dado momento - digamos, o da revolução de Abril -, tem sido feito da famigerada frase de Pessoa «a minha pátria é a língua portuguesa». Só podia ter inventado esta frase, destinada a tanto sucesso, quem imaginasse como hipótese viável - e era o seu caso - que também teria outra pátria se noutra língua se exprimisse. Ou como poderia ter *outras* identidades inventando-se como sujeito de plurais estilos ou linguagens - visões do mundo. Mas quem habitualmente utiliza a frase pessoana - e ela faz hoje parte, por assim dizer, embora em versões distintas, do que podemos chamar o discurso oficial lusófono, ou o discurso cultural português *tout court* - não só a abstrai do contexto que em Pessoa lhe dá sentido, como a subtrai à sua função, ao mesmo tempo polémica e dialéctica.

O uso e o sucesso de tal frase parecem situar-se na linha das famosas defesas e apologias das línguas *nacionais*, tal como João de Barros, António de Nebrija, António Ferreira ou Joachim du Bellay as ilustraram no Renascimento. Na verdade, não releva dessas exaltações nacionalistas e culturais que então têm a sua justificação na consciência do papel histórico, político, guerreiro da Espanha de Carlos V, do Portugal de D. João III ou da França de Francisco I. A excelência da língua reflecte a grandeza ou o sentimento dela experimentado por povos então «actores» privilegiados da história. Essa excelência nada tem sequer de intrinsecamente cultural - a língua de cultura, e mesmo sacra, é então o latim, e por isso pode medir-se o alcance anti-humanista, revolucionário e já identitário, no sentido futuro e sacralizante de Pessoa, da tradução da Bíblia para alemão por Lutero. Na mente de Carlos V, a apologia do espanhol - ele que tão-pouco o era, mas que acabou por sê-lo - não só tem a função *imperial* que Nebrija lhe assinala, como de certo modo contraria o multilinguismo conatural a um império com várias línguas de uso. Não podemos imaginar que a título algum a «sua pátria», se isso tivesse então outro sentido além do da potência imperial que tinha nele o seu símbolo, se lhe definisse em termos de língua. Sobretudo a sua, a alemã, de que dizia ser boa para falar com os cães. À espanhola reservava a função sacra de falar com Deus e à francesa, como então era de esperar, com as damas. Não é possível estar mais longe do contexto pessoano

que tornou possível que a *língua* – no caso dele e nosso – deixasse de ser a mera expressão histórica contingente de uma realidade igualmente contingente e histórica como é uma pátria, em sentido político, para ser o seu *fundamento*, ou antes, a sua *substância*.

É esta sacralização da língua, esta *ontologização* do laço que liga uma língua a uma pátria, que serve de referência aos que assim julgam, nas pisadas de Pessoa, cumprir o mais nobre exercício de patriotismo, ou antes, de nacionalismo. Que Pessoa tenha sido nacionalista – todos sabemos que se definiu enquanto autor de *Mensagem* como «nacionalista místico» -, é inegável, e que, ainda jovem e como em êxtase diante de Portugal reencontrado, se não descoberto, tivesse sido exaltadamente «patriota», um pouco à maneira de Pascoaes, também não pode duvidar-se. Mas há uma diferença, direi um abismo, sobretudo na perspectiva original de Pessoa, entre ser um *nacionalista místico* – quer dizer, o arauto e o sonhador de uma pátria essencialmente espiritual, ou, se se quiser, mesmo cultural - e o *místico nacionalista*, o simples apologista, para não dizer fanático ou fundamentalista, de uma nação na sua singularidade empírica, convertida em ídolo e elevada a paradigma de *universalidade*.

É certo que todo o patriotismo, o mais legítimo, comporta uma parte de adesão irracional à nação que é anterior a nós e nos define antes que nós a definamos. De uma nação faz parte a *diferença* que a constitui como tal em relação a outras. A perversão consiste em outorgar ao amor ou à perpetuação dessa diferença um estatuto *mítico* que a estabelece numa espécie de *exemplaridade* ou modelo de que o *outro*, todos os outros, povos ou nações, não seriam mais do que imperfeitos ou lamentáveis esboços. Desta perversão fez Pessoa o mais irónico e mortal diagnóstico: «O nacionalismo é uma degenerescência gordurosa do patriotismo e o patriotismo também.»

É na luz deste diagnóstico que exclui de raiz toda a exaltação cega do «nacional», só por ser nacional, que a sua celebrada frase sobre a *língua coma pátria* perde – se o tivesse – o sentido de uma celebração complacente ou narcisista de uma língua particular – a nossa – para significar apenas o facto de que é no espaço naturalmente *universal* de uma língua que cada um tem a mais alta e a única maneira aceitável de *ter pátria*, não como mero instrumento de comunicação entre gente da mesma língua, mas *como lugar* onde a particularidade de um povo se *simboliza* e vive espontaneamente no *universal*. Cada um só tem verdadeiramente a pátria que se inventa, quer dizer, a casa ideal onde o que é e o que faz se lhe volve transparente e fora do qual se sente, por assim dizer, *perdido*. Nesse sentido, não é Portugal ou os países lusófonos que falam português, é a língua portuguesa que fala Portugal e esses países.

Com efeito, uma nação não é *dona* da sua língua, pois é nela que encontra as suas imateriais mas não menos resistentes fronteiras, mas tudo se passa como se fosse.

Dizemos que «levámos» a nossa língua ao Oriente, ao Brasil, às antigas colónias, como se levássemos não só uma espécie particular de mercadoria, mas a mais preciosa de todas. Não sem razão, pois levávamo-nos a nós – ou os portugueses levavam-se sem nós algum ... – e nesse movimento, comparável ao de uma vaga que alastra, deixámos pelo mundo a famosa alma em pedaços repartida. O mais visível dessa alma, fora da esfera do sentimento das coisas e da vida, aquilo onde a nossa pouco intensa vontade de poder, de comerciar, de missionar, ou simplesmente conviver, encarnou, só o podemos perceber no espelho e na vida da língua aí deixada. Raramente, salvo em datas relativamente recentes, a chamada «expansão portuguesa» foi, com concertado intento, «expansão linguística». Apesar do voto de João de Barros nesse sentido, tudo se fez «a la buena de Dios», como dizem os Espanhóis. Durante os séculos áureos a questão da nossa presença não se punha em termos linguísticos, mas religiosos. Até porque em muitos lados tal propósito se revelaria inexequível. Imaginemos o que podia ser nos séculos XVI ou XVII, ou depois, expandir-se «linguisticamente» na China ou no Japão, ou mesmo na Índia.

Todavia, ainda hoje, como quem busca pérolas preciosas – são-no para nós e até para as culturas impermeáveis com quem nos confrontámos -, andamos recenseando os pedaços de nós que alguns vocábulos, deixados na imensidão dos nossos espaços de comércio ou influência, testemunham. Mas o que sonhamos e desejamos que venha a ser uma espécie de *império de língua*, presença puramente cultural onde se recolha a essência (no sentido oriental de perfume raro do nosso histórico império) – em suma, aquilo que permitiria atribuir verdadeira realidade e sentido à tão evocada *lusofonia* -, não pode, nem sequer metaforicamente, ser pensado e imaginado como *espaço de portugalidade*. Não é constatação que um português faça com especial euforia. Era reconfortante – falo em termos banalmente pragmáticos - imaginar que, sempre sob a tutela mágica de Pessoa, a imensa mancha da fala portuguesa no mundo ou sua variante nos fosse realmente *pátria* ou, melhor ainda, que de algum modo nos reconhecêssemos *sujeitos* ou actores das culturas que se falam em português. Ou, no pior dos casos, nos reconhecêssemos como não alheios, de todo, ao que no esburacado mas não menos real manto de uma língua da mesma origem se diz ou cala.

Sem dúvida, qualquer coisa desse género acontece. Falo da maneira como os Portugueses – sempre tão distraídos – redescobriram dolorosamente essa espécie de *pátria* ouvindo as queixas e as preces de uma língua comum na boca dos timorenses massacrados. A indignação e a piedade são sentimentos universais, mas decerto a tragédia timorense teria encontrado menos escuta se a não sentíssemos como vinda de dentro, desse dentro definido e entrevisto no espaço interior de uma língua partilhada. E, provavelmente, a mítica morte de Ayrton Senna, embora universalmente sentida, não

teria tido, como foi o caso, uma tão visível intensidade entre nós se não fosse brasileiro. Quer dizer, para nós, não menos miticamente, uma outra maneira de ser português. Mas é aqui que o sentimento e o mito, conjuntamente, revelam, no fundo, a total inoperância da ideologia que impregna a utopia lusófona e a lusofonia que, sob a invocação abusiva de Pessoa, nos daria uma *pátria-língua* dispersa nos cinco continentes. Sem o confessarem ou, acaso, terem bem consciência disso – mas não estou certo –, os decididos apóstolos, ou antes, crentes na existência de um espaço-língua suporte de um espaço-cultura que permitisse dar um conteúdo à ideia de *lusofonia* – para além da constatação empírica de uma expressão de matriz lusíada – imaginam assim aceder a um quinto império mais acessível do que o império de Cristo pregado por Vieira ou do que o império de sonho feito com a saudade do império perdido, à Pessoa. É um sonho que vale a pena sonhar quando se é português, mas de que, creio, só os Portugueses, sobretudo do continente, são imaginários sujeitos. E, mesmo não o sendo, sem meios para lhe conferir aquela presença e vitalidade culturais que transfigurem o evidente carácter de sonho compensatório, que é hoje a essência da lusofonia, noutra coisa mais importante: em espaço de mútuo confronto de imaginários que, mesmo da mesma matriz linguística, obedecem a outros imperativos e constituem afirmações identitárias de novo perfil.

(LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem de Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999, p. 183–188)

Atividades:

1. Esclareça em que sentido a famosa frase de Pessoa (*A minha pátria é a língua portuguesa*), abusada, serve para os fins do projeto de lusofonia.
2. Qual acha que poderia ser a participação dos países de língua oficial portuguesa nesse sonho da lusofonia? Explique a atitude do autor do artigo.